



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO- CAMPUS XIV
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MARIVANIA SILVA DOS SANTOS

**PROFESSORA RITA:
a trajetória docente de uma mulher negra e educadora leiga**

**Conceição do Coité
2022**

MARIVANIA SILVA DOS SANTOS

**PROFESSORA RITA:
a trajetória docente de uma mulher negra e educadora leiga**

Trabalho apresentado ao componente curricular Pesquisa III, do Curso de Licenciatura em História, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campos XIV- Conceição do Coité, como parte do processo avaliativo do semestre.
Orientadora: Ms. Kelman Conceição da Silva.

Conceição do Coité

2022

RESUMO

O presente trabalho apresenta a trajetória docente de Maria Rita Marcelina Silva, mulher, negra, mãe e professora leiga que atuou na zona rural do município de Conceição do Coité, na comunidade do Maracujá, em sua luta por formação, qualificação, melhorias em suas condições de trabalho e de vida. A pesquisa realizada se fundamentou tendo como corpus documental entrevistas realizadas com indivíduos que trabalharam com a professora Rita ou possuíam aproximações afetivas e, também a documentação encontrada nas instituições escolares nas quais ela lecionou somados a documentos produzidos pela prefeitura do município de Conceição do Coité.

O texto está dividido em dois capítulos. O capítulo I, traz um breve histórico sobre professores leigos no Brasil, objetivando nos aproximar da realidade de trabalho enfrentada pelo sujeito da pesquisa e, o capítulo II que versa propriamente sobre a trajetória docente da professora Rita e sua luta, com tentativas e conquistas de obter formação, qualificação, reconhecimento e dignidade no trabalho e na vida.

Palavras-chave: trajetória; professores leigos; qualificação.

ABSTRACT

The present work presents the teaching trajectory of Maria Rita Marcelina Silva, a woman, black, mother and lay teacher who worked in the rural area of the municipality of Conceição do Coité, in the community of Maracujá, in her struggle for training, qualification, improvements in her conditions of work and life. The research carried out was based on the documentary corpus of interviews with individuals who worked with the teacher Rita or had affective approaches, and also the documentation found in the educational institutions in which she taught, added to documents produced by the municipal government of the municipality of Conceição do Coité.

The text is divided into two chapters. Chapter I brings a brief history of lay teachers in Brazil, aiming to bring us closer to the reality of work faced by the subject of the research, and Chapter II, which deals with the teaching trajectory of Professor Rita and her struggle, with attempts and achievements of obtain training, qualification, recognition and dignity at work and in life.

Keywords: trajectory; lay teachers; qualification.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela oportunidade e força que a me foi concedida de escrever sobre algo que sempre tive curiosidade de descobrir. Ele que muitas vezes foi meu refúgio nos momentos difíceis de minha escrita.

Agradeço também a alguns dos meus familiares e amigos em especial meu marido Joao André Oliveira dos Santos que desde o ensino regular foi uma ancora pra me nunca me deixou desistir, meus filhos que sempre foram uma inspiração pra me Lucas Silva dos Santos, Yasmim Araujo do Nascimento, Andressa Silva dos Santos, Guilherme Silva Souza, Andreina Silva dos Santos, Jonatas Diego Silva, a minha sogra Regina Maria de Oliveira Santos, a meus irmãos Robson Silva, Cleidiana Silva, Anailton Silva, Antonio Carlos Silva, José Agnovando Silva, Cristiane Alves, a minha cunhada Ana Paula Oliveira, alguns colegas acadêmicos Taiuze do Rosario Lima, Karina da Silva Santos, Diana Lopes de Lima, Mariana da Silva Oliveira, alguns amigos Karina Dias, Emério Resedá, Josélia Gracia de Cerqueira Souza Santos, Luciana Maria Valença Santiago Almeida, Valdimércia Maria Mota Rios, Edmundo Carneiro de Oliveira, alguns professores do ensino regular Eugenia Mateus, Margarida Gomes, Gildo Mariano, Vinicius, Elisangela.

Não poderia me furtar de agradecer a minha orientadora Kelman Conceição a quem serei eternamente grata, a alguns professores como Maria Cezarela Carvalho, Marinelia Souza da Silva, Rogerio Souza Silva, Antonio Vilas Boas, Ricardo Batista, Igor Trabuco, José Ernane Carneiro Carvalho Filho, Deijair Ferreira da Silva.

Agradeço também pela bondade e humildade das pessoas que me passaram as informações sobre a trajetória da professora Rita que foram: dona Maria Delmina de Moraes Barreto, Maria Ilza de Lima, Maria Nailza de Lima, Luciene Maia da Silva, Iraci de Jesus Santos, Eliene Dantas, Marizete de Oliveira Silva, Luciene Soares de Almeida.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	06
2. CAPÍTULO 1: PROFESSORES E PROFESSORAS LEIGAS NO BRASIL: um breve histórico	08
3. CAPÍTULO 2: TRAJETÓRIA DOCENTE DA PROFESSORA A LUTA PELA QUALIFICAÇÃO	18
2.1 ORIGENS, DESLOCAMENTOS E COMEÇO DO TRABALHO DOCENTE.....	18
2.2 A LUTA PELA QUALIFICAÇÃO DE UMA PROFESSORA LEIGA	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
5. LISTA DE FONTES	33
6. REFERÊNCIAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

O presente texto traz os resultados da pesquisa realizada em torno de Rita, uma mulher, negra, mãe, professora leiga, conhecida e lembrada na comunidade do Maracujá, desde 2014, reconhecida como uma comunidade quilombola.

O objetivo da investigação era conhecer a trajetória docente e as estratégias da professora Rita na busca por obter qualificação, reconhecimento, valorização e melhorias condições de vida. Para alcançar esse objetivo procuramos pessoas que conviveram e trabalharam com a professora na busca de indícios que nos levassem a compreender a trajetória da professora Rita como docente, sem desconsiderar aspectos de sua vida pessoal, que são relevantes para entender qualquer trajetória.

O interesse pelo tema deveu-se ao fato da professora ser alguém que é constantemente mencionada pelos moradores da comunidade, em falas sempre elogiosas e nos despertou-se o interesse em conhecer mais sobre a professora Rita enquanto sujeito histórico. Na procura por fontes que nos permitissem realizar uma pesquisa, encontramos além de fontes documentais encontradas nas escolas nas quais a professora Rita trabalhou, tivemos acesso a pessoas próximas a ela, que foram do seu convívio em diferentes momentos e que se dispuseram a nos conceder seus depoimentos.

Assim, no trato com as fontes definimos o problema de pesquisa que foi o de conhecer a trajetória docente da professora em sua busca por conseguir se qualificar, obter melhor remuneração e condições de trabalho e vida.

Com base em diversos autores que examinaram a ruralização da educação, a categoria dos professores e as legislações de educação no Brasil, procuramos conhecer e analisar as experiências de trabalho, interações entre professor e comunidade e a intensa luta da professora Rita.

2. CAPÍTULO I: PROFESSORES E PROFESSORAS LEIGAS NO BRASIL: um breve histórico.

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar um breve histórico sobre professoras e professores leigos no Brasil, que em sua maioria atuaram e atuam nas zonas rurais de diversos municípios do Brasil. Para tanto realizamos análise bibliográfica e de algumas das leis sobre educação e formação docente, a partir de 1920. Somou-se também uma síntese acerca das escolas rurais, *locus* da prática docente desses profissionais.

A problemática dos professores leigos é tema de debate entre os estudiosos da Educação desde os anos de 1920, mas somente nos anos de 1940 é que os debates vão ser sistematizados. A partir da década de 1960, a preocupação com carência de formação dessas professoras e professores vão ser expostos de forma mais aguda juntamente com os problemas que a educação brasileira vinha acumulando.

É consenso entre pesquisadores e pesquisas do campo da Educação que a história do professor leigo faz parte da história educacional brasileira, e que esse personagem histórico possibilitou à educação e aprendizagem de muitos brasileiros das camadas populares que não tinham acesso à educação formal estabelecida pela lei. A iniciativa de muitas mulheres mostra a importância do educador em uma sociedade. As autoras acrescentam que podemos perceber que o ato de educar não passa simplesmente pelo ato de ensinar a ler, mas consiste na formação e ação social e que. Para Rios (2016) A profissão docente na roça chega de forma bastante precária em que os saberes necessários a docência estava vinculada apenas ao saber ler, escrever e contar. Com isso as professoras iniciaram sua carreira docente como professoras leigas”.

Cátia Simone Becker Vighi (2008), aponta no seu trabalho que o professor leigo se constitui historicamente no sistema educacional brasileiro decorrente da estrutura política, econômica e cultural e que essa função está sempre presente em algumas regiões do interior do Brasil. Segundo a autora, a história da educação aponta que é na zona rural que se encontra o maior índice de professores leigos e que no Norte e Nordeste é onde se concentra a maioria desses profissionais. Fruto do modelo de educação que foi destinado a boa parte das zonas rurais do Brasil, que partiu de

práticas capitalistas que fixam papéis entre as forças de trabalho, assim, os homens e mulheres do campo seriam aqueles e aquelas que não necessitariam de uma instrução de “excelência” e tinha o objetivo de fixar essa população no campo.

Segundo Maia, a escola rural deveria ministrar ensinamentos bem básicos, pois caso os alunos e alunas saíssem do campo para ir à cidade, eles e elas teriam as habilidades mínimas necessárias para poder competir com as pessoas que viviam na cidade. Assim, devia-se cumprir com a função de alfabetizar, mas sem descuidar dos princípios de civismo e disciplina (1982, P.28).

Para Calazans, os percussores desse ideário, que a autora chama de “ruralismo pedagógica”, as escolas rurais deveriam ser um “aparelho educativo organizado em função da produção” e acrescenta que o ruralismo pedagógico almejava

ruralizar o rural, através de uma escola nova que, adaptada às exigências do campo, que prendesse o camponês à terra, formando-o convenientemente no amor à Pátria e em função da produção. Inestimável seria o alcance social dessa providência, destinada a preservar o espaço urbano da ação deletéria das desordens sociais (1993, P. 27).

Vighi, acrescenta que os discursos oficiais sobre a educação rural só eram lembrados em momentos de crises econômica na cidade, nas quais quase sempre o fator desemprego estava presente, então voltava-se a falar em maneiras de manter a população do campo, no campo (2008, P.26). Assim, os projetos educacionais destinados ao campo, caminhavam diferentes daqueles dos projetos de educação de homens e mulheres que habitavam às cidades. Arroyo (1982), afirma que os conteúdos eram adaptados à cultura rural, ligada à vida no campo, orientada para resolução de problemas concretos ou demandas específicas. O autor afirma que a escola rural desse período nem sempre levou grande cultura intelectual e muitas vezes não chegou a cumprir o seu papel mínimo, que era o de alfabetizar e, conseqüentemente foi negado à população do campo o acesso aos avanços ocorridos na educação básica.

Conforme Vighi, “no âmbito das discussões que demonstravam as precárias condições de desenvolvimento do ensino de 1º grau, em 1945, foi criado o Fundo Nacional do Ensino Primário que previa apoio financeiro do governo central para os estados nacionais” (2008, P. 27). Todavia, mesmo com a criação do fundo as escolas

rurais permaneceram com dificuldades como alta taxa de evasão e repetência, qualificação insuficiente dos professores.

Ana Paula Fernandes da Silva Piacentine (2012) afirma, que apesar do ensino rural ter sido espalhado no Brasil a partir dos anos de 1940 e 1950, ocorreu em 1927 a Conferência Nacional de Educação, que já colocava os problemas educacionais do Brasil em evidência. Esta conferência foi uma das iniciativas, juntamente com a criação da Associação Brasileira de Educação em 1924 e o Movimento da Escola Nova, que contou inclusive com a participação de membros da igreja católica, de discutir as dificuldades da educação brasileira e pensar ações propositivas que pudessem promover melhorias concretas. Bomeny (2000), lembra que

a ABE tinha como objetivo influir na implantação de políticas para a educação, [...] abrigou em seu programa debates e conferências a elite dos educadores que se empenhavam em difundir no Brasil os avanços no campo da educação em vigor na Europa e nos Estados Unidos. A ciência se punha a serviço da melhoria da educação brasileira em bases mais sistemáticas. O movimento da Escola Nova é síntese mais acabada desse empenho (BOMENEY, 2000, P. 284).

Nesse período a ABE defendia uma educação integral e que criticava a ideia de uma escolarização voltada apenas para leitura e escrita. Defendia-se também uma escola pública, obrigatória e laica como um direito de toda a população, sendo função do Estado promovê-la sem nenhuma forma de distinção (ROMANELLI, 1998, p. 31-32). Entretanto, a consolidação desses princípios tardaram a se concretizar e na prática, se manteve a diferenciação entre a educação da cidade e a educação rural que, como assinala Ana Paula Fernandes da Silva Piacentine, continuou a ser vista como sendo capaz de modelar um cidadão que seja adaptado ao seu meio de origem, mas que poderia ser aperfeiçoado através de conhecimento científico que provinha da área urbana. Dessa forma, o homem do campo estaria capacitado para compreender as transformações sociais e econômicas e, apto a entender as ideias de progresso e modernidade que aparecem no país, a partir do fomento da industrialização (P. 38).

Todavia, as diferenças entre a escolarização na cidade e no campo não estavam restritas aos projetos de educação disseminados pelo Estado, mas também nas estruturas das escolas, nas condições de trabalho das professoras e professores e também em suas formações. Carneiro Leão (1953), nos aponta alguns dos

problemas com os quais se deparavam as professoras e professores das áreas rurais nos anos de 1950. Segundo o autor, os professores que eram mandados para o interior, receberam a formação inicial na cidade, logo seus saberes estavam voltados para problemas urbanos. Assim, “[...] vão ensinar, os matutos e sertanejos, por programas manipuladores na capital, cuja distribuição de matérias e cujos métodos preconizados só por descuido cogitam das necessidades e realidades da vida no interior” (LEÃO, 1953, P. 281). Mas as professoras e professores com essa formação eram minoria. Boa parte dos profissionais da educação que atuavam nas escolas rurais leigos, os quais, são mais comuns nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil e que na maior parte estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental I e não conseguiram terminar o Ensino Fundamental II.

Diante dessa realidade, algumas primeiras medidas de Estado tomada no sentido de promover a formação das professoras e professores leigos foram estabelecidas por meio da aprovação da Lei 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Nos capítulos IV e VIII, a lei constituiu normas quanto à formação do magistério para o Ensino Primário e Médio, mas não havia nenhum cuidado específico com a formação dos professores leigos.

Medidas mais concretas foram tomadas em 1963, com a criação do Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP). Criado pelo governo federal, o programa objetivava gerar subsídios para cursos voltados para a habilitação de professores leigos a nível pedagógico diante uma metodologia de ensino direto no período de férias e indireto que acontecia durante o período letivo.

Rodrigues (1985), nos informa que esse programa ficou conhecido como “Pedagógico Parcelado” e teve como objetivo inicial,

complementar a qualificação dos professores dos cursos de emergência, tornando-se, depois Projeto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, destinado à habilitação de professores leigos com recursos da SUDENE e posteriormente do Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação (RODRIGUES, 1985, P. 52).

Outra iniciativa do Estado, no período do regime civil-militar, foi a instituição do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL, por meio da Lei nº 5. 379/67. O objetivo do MOBRAL era realizar a alfabetização funcional da população brasileira, ou seja, uma alfabetização limitada e que não abrangia os níveis de alfabetização

adequados. Segundo os idealizadores do MOBRAL, através dessa alfabetização funcional seria possível erradicar a alfabetização do Brasil, num prazo de dez anos. Inicialmente o público alvo era pessoas entre 15 e 35 anos de idade, mas a partir de 1974 incluíram a população não alfabetizada entre 9 e 14 anos de idade.

Mencionado em diversas passagens desse texto, a maioria dos profissionais de educação que atuavam nas escolas rurais eram as professoras e professores leigos, pois como nos aponta Barroso (1991), a maioria dos profissionais habilitados viam na zona rural um local para o início de carreira e tinham o objetivo de conquistar uma vaga para lecionar em uma escola da cidade (P. 14)

Comumente, elas e eles lecionavam para as crianças nos turnos matutino e vespertino, e durante a noite alfabetizavam os adultos por meio do programa MOBRAL. Como aponta Elane Marcia Silva Viana (2017, P. 40), que na zona rural não houve aquisição de materiais, construção de novas salas, nem transporte para os alunos e alunas de maioria adulta e que trabalhavam durante nos horários opostos às aulas. Uma realidade oposta às escolas urbanas, nas quais houve altos investimentos, que segundo Paiva apud Mello e Rafante (2016), provinha de 1% do imposto de renda, 24% da renda líquida da Loteria Esportiva, o que na época significava em média 25 milhões de dólares P. 129).

Como já ocorria com a educação do país de forma geral, a aplicação desse programa nas escolas rurais ocorreu de maneiras diferentes do que aconteceu nas escolas urbanas. As dificuldades de trabalho das professoras e professoras leigas não foram consideradas no período da implantação do programa, logo nenhum tipo de atenção particularizada foi dada às realidades nas quais esses profissionais trabalhavam para que houvesse minimamente possibilidades de cumprir o que o programa priorizava.

O programa foi seriamente criticado por educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e a educadora Célia da Rocha Leuffles, que segundo eles os métodos do programa não promovia uma alfabetização real e nem era vinculados à vida prática dos educandos. Ainda sim, o programa foi premiado, incluindo o prêmio da UNESCO (ARRUDA, 2018 apud BELUZO; TONIOSSO, 2015), houve muitas expectativas acerca do programa, mas ele foi um fracasso. Durou 15 anos, até que na gestão do presidente José Sarney ele foi extinto.

Alguns anos da implantação do MOBRAL, foi a aprovação da Lei 5.692/71, que trouxe denominações no que se refere ao exercício docente, em alguns pontos

ratificando anterior. Germano (2005), afirma que as professoras e professores da época receberam a aprovação dessa lei com arrebatamento, sob a influência da euforia nacional resultante do chamado “milagre econômico” e possuía características tecnicistas, de forte influência dos Estados Unidos, numa perspectiva desenvolvimentista, indo de acordo exatamente com o momento econômico vivido no auge do governo Médice.

Segundo Elane Marcia Silva Viana (2017) é perceptível nessa lei a preocupação em,

formar profissionais aptos a receber à demanda do mercado dentro do ideário de democracia imposto pelo Estado, ou seja, dentro do adestramento democrático vigiado pelo governo, já que vinha dele, e era possibilitado pela livre. Assim, a tal “Revolução pela Educação” pode ser compreendida como uma reconfiguração de vários conceitos e práticas, tendo como pressuposição a adaptação do ideal de desenvolvimento dependente do Estado em relação ao mercado internacional para a escola: vinculação do seu saber em relação do Estado. (2017, P. 53).

Reflexão semelhante faz Selva Guimarães Fonseca (1993), segundo a qual em alguns discursos é possível vermos a preocupação dos setores econômicos dominantes no Brasil, em defender que o desenvolvimento econômico e tecnológico do país depende de um projeto educacional, caso contrário esse desenvolvimento estaria comprometido porque a nação teria um índice educacional muito baixo e insatisfatório (P. 18)

Em seu artigo 77, a Lei 5.692/71 diz que o magistério só poderia ser exercido por professores sem habilitação na falta real de professores habilitados e após a aplicação dos critérios levando em consideração a preparação em cursos intensivos ou habilitados em cursos intensivos ou habilitados em exames de capacitação, que fosse normatizados pelos Conselhos de Educação, ratificando o artigo 116, da lei anterior (PIACENTINE, 2012, P. 42).

A aprovação da lei trouxe mais uma vez para o centro do debate as discussões sobre a grande quantidade de professoras e professores leigos existentes no Brasil, majoritariamente na zona rural, atuando em escolas muito precárias e condições de trabalho ruins, que não permitia práticas docentes de qualidade, o que implicava também na qualidade da educação no país. Assim, a Lei 5.692/71, acabou por reafirmar a concepção de professor leigo contida na lei anterior e, ao prevê a

realização de exames de suficiência para indivíduos não habilitados exercerem a profissão reproduzem a visão urbana e não consideram de forma alguma a realidade das escolas rurais, das professoras e professores que atuam na zona rural e as especificidades desses contextos, como por exemplo a dificuldade de acesso a tais cursos e o pouco preparo desses profissionais.

Para Piacentine,

em tais circunstâncias, parece que fica evidente que nenhuma destas duas leis teve como objeto de preocupação o professor leigo. Neste contexto, dos anos de 1970, dados estatísticos do MEC por meio de pesquisas educacionais realizados no Brasil, mediato ao Projeto de Carta Escolar DE 1974 E 1975 (PROCARTA), foi diagnosticada a existência de duzentos mil professores leigos, nas quatro primeiras do Primeiro Grau, no país. Cumpre lembrar que esses dados estatísticos mostram que nesse período, havia muitos professores leigos, porém essas características não são marcantes somente nessa época, aparecem praticamente, em toda a história da educação escolar brasileira (2012, P. 42).

Após a realização dessa pesquisa, o MEC implantou um convênio, nos estados com o maior número de professores leigos. Esse convênio foi chamado de Projeto LOGOS I, que buscava utilizar uma metodologia personalizada, almejando um atendimento quantitativo para a habilitação dos professores leigos, que era uma clientela dispersa pelo território brasileiro, diferentes níveis de escolaridades, com limites orçamentários. Segundo Candu e André (1984), essa fase experimental foi desenvolvida em doze meses, contemplou 1488 professores de 38 municípios de quatro estados brasileiros. 85% das professoras e professores obtiveram aprovação e 15% desistiram.

Os resultados do LOGOS I foram considerados bem sucedidos e encorajadores, o que levou o MEC a implantar o LOGOS II, que acrescentou em sua metodologia o uso de módulos. As estruturas desses módulos, segundo Rodrigues (1985), eram montadas com

instrumentos de Ensino (pequenos livros), onde cada conteúdo é ensinado por etapas obedecendo a uma sequência de passos os quais o aluno deve seguir; Pré-requisitos – Pré-avaliação – Objetivos de Ensino-Atividade de Ensino de Pós-Avaliação – Atividades suplementares. Cada disciplina tem seu conteúdo dividido em fascículos numa lógica onde cada um é pré-requisito para o seguinte (1985, P. 54).

Esses módulos não eram preparados levando em consideração as características individuais dos cursistas e nem suas situações concretizadas de trabalhos em seus cotidianos escolares, logo o material não era adequado para todas e todos os profissionais. Segundo Candau e André (1984), entre as disciplinas estavam Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Sociologia Educacional, Didática Geral, História da Educação, entre outras. Acrescentam que para obter o título de professores-cursistas precisavam realizar um estágio supervisionado de 500 horas, que compreendiam Encontros Pedagógicos e sessões de treinamento de microensino.

Essas autoras acrescentam que a estrutura e o funcionamento do projeto é, “[...] administrado por uma equipe de Coordenação Central, situada em Brasília e por grupos de coordenação regional localizados em cada um dos estados em que funciona” (1984, P. 2). Porém, essa centralização, para Candu e André, não permitia a flexibilidade para atender à diversidade regional da clientela, as atividades e materiais não davam conta das condições de vida e trabalho das professoras e professores e também da população local.

Entretanto, apesar dessas iniciativas do Estado em termos da sanção de leis e a instalação de projetos, a realidade em relação a quantidade de professoras e professores leigos, sua formação e suas condições de trabalho praticamente não foram alteradas. Segundo Assis (2012), é sabido “que o número de professores leigos, aumentou entre 1973 e 1983, fato que se mostrou mais grave na região Nordeste, onde 36% do quadro docente tinha apenas o 1º grau” (P. 336).

Segundo Maia (1982, P. 29), nos 1980, a maioria dos professores leigos da região Nordeste que atuavam, em sua maioria na zona rural, possuíam até quatro anos de escolaridade, quando o possuíam, ou seja, as ações quase não colaboraram para que ocorressem mudanças reais. Conforme os dados do SEEC/MEC de 1983, coletados por Viana (2017), referentes ao 1º grau,

Num total de 201,926 estabelecimentos de ensino de 1º grau, 155.217 localizam -se na zona rural; e de 135.908 estabelecimentos da 1ª a 4ª série com apenas uma sala, 128.864 situam-se em zona rural;
Num total de 22. 598. 254 alunos matriculados no 1º grau, 6.401.905 são de zona rural, dos 16.089.731 alunos que cursam de 1ª a 4ª série, 6.124. 357 são de zona rural;
Num total de 884.257 professores de 1º grau, 206.837 trabalham em zona rural; dos 7.448.927 professores do sexo feminino, 174.692 atuam em zona rural;

Num total de 884.257 professores de 1º grau, 226.247 são leigos (considerados leigos os professores com escolaridade até 2º grau incompleto na habilitação magistério e 2º grau completo em outra habilitação); dos 151.148 que atuam em zona rural, 113.469 possuem 1º grau incompleto (MEC, 1983 apud Viana, 2012, P. 59).

Esses números nos mostram que a quantidade de professores leigos não era uma parcela pequena do contingente de educadores brasileiros. Até 1985, fim do período do regime civil-militar, pode-se observar o número imenso de escolas rurais com classes únicas e multisseriadas, lideradas por professoras e professores leigos. Importante chamar a atenção para o fato de que ainda nesse período, as professoras e professores leigos eram aqueles sobre os quais se assentavam as expectativas da educação escolar para as crianças da zona rural.

Para Alencar (1993), os professores leigos sempre foram uma categoria de trabalhadoras e trabalhadores que foram marginalizados pelas leis, pois as legislações que definem e regulamentam os profissionais da educação não os contemplam. Em geral, recebem as menores remunerações, atuam em condições precárias, ou sem nenhuma condição, e que limitam muito suas práticas docentes (P.117). Atuando em realidades específicas, diariamente construindo saberes necessários à realização do seu trabalho e formando sua identidade, como afirma Maurice Tardif (2002). É nesse contexto que se insere a professora Rita, objeto de investigação dessa pesquisa.

A inserção dessas professoras e professores leigos no mercado de trabalho na zona rural quase sempre ocorria por meio do recrutamento entre os moradores locais, que indicavam alguém que consideravam letrado e eram indicados por eles para ser professora ou professor (VIANA apud PILETTI, 1991, P. 164). A falta de uma formação específica foi utilizado como desculpa para desvalorização do docente, pois, segundo Vianna, recai sobre as professoras e os professores leigos, muitas vezes o mito de um trabalho “desqualificado” (2017, P.51).

Sob o ponto de vista social, a professora e o professor leigo eram conceituados no meio rural e eram bem aceitos, pois eram sujeitos oriundos do próprio meio onde atuavam. Vianna (2017), acrescenta que “na maioria dos casos, o professor era membro da mesma comunidade à qual pertencia seus alunos, o que proporcionava maior aproximação do professor com seus alunos e com a comunidade (P.52).

Não possuíam uma formação inicial teórica e prática para o exercício do magistério, mas ao longo de suas experiências foram construindo saberes,

competências, aptidões e atitudes específicas que, segundo Tardif (2002), só podem ser adquiridas e dominadas em contato justamente com as situações que o cotidiano do trabalho apresenta. Saberes, que como afirma o mesmo autor, são temporais e dominados progressivamente durante um período de aprendizado viável e que são mutáveis, a depender de cada estabelecimento escolar no qual os profissionais atuam.

Ao refletir sobre os professores leigos, Moreira (1955) que eles trabalham empiricamente, sem vasta cultura intelectual e técnica, não obedecem a critérios científicos de planejamento e execução, mas é inegável que dentro dos seus limites, via de regra, eles são eficientes. São funcionais, ativas e adequadas ao seu meio. Moreira (1955), acrescenta ainda que,

[...] em nenhum outro tipo de escola primária, que conhecemos no Brasil, sentimos tão nitidamente a integração da professora à sua tarefa, em nenhum vimos o ambiente e o mestre se identificarem tão bem. Escola simples, escola de primeiras letras, nada mais. Escola bem aceita, porém escola flexível, aulas movimentadas, compreensão e respeito entre alunos e professores, entre mestres e pais (P. 185)

Com a aprovação da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases, o Ministério da Educação trouxe as normatizações acerca da contratação de novos professores e também sobre a formação e qualificação dos professores que estavam atuando em sala de aula, dentre outros objetivos, para eliminar a figura do professor leigo da educação brasileira, que têm limites históricos e reais em sua formação para o exercício do magistério. A LDB estabeleceu o prazo de cinco anos para que os professores atuantes realizassem formação para estivessem habilitados para a prática docente conforme a nova legislação e deixando de fora outros tantos problemas que faziam parte das realidades desses professores e professoras.

Assim, entendendo o valor da professora e professor leigo para a educação no Brasil, e principalmente para a comunidade na qual ele se insere, voltamos nosso olhar para analisar, por meio da trajetória de vida, trabalho e formação da professora Rita, essa categoria profissional que forma um numeroso grupo de trabalho dedicado, polivalente e ainda presente da educação brasileira.

3. CAPÍTULO II: TRAJETÓRIA DOCENTE DA PROFESSORA A LUTA PELA QUALIFICAÇÃO.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar a trajetória de vida e trabalho de Maria Rita Marcelina Silva, mulher, negra, mãe e professora leiga que atuou na zona rural do município de Conceição do Coité, na comunidade do Maracujá, iniciando sua vida no mundo do trabalho aos quatorze anos de idade, em classes multisseriadas, característica comum nas escolas rurais do Brasil. Na construção desse texto, nos aparamos nos depoimentos realizados por pessoas do convívio afetivo e de trabalho da professora Rita, somados a documentos produzidos pelas instituições escolares nas quais ela lecionou e documentos da prefeitura de Conceição do Coité.

2.1. Origens, deslocamentos e começo do trabalho docente

De acordo com as pessoas entrevistadas, a sujeita histórica da nossa pesquisa, a professora Rita, morava no distrito de Juazeirinho com seus pais, dona Isabel Marcelina e seu José Marcelino, conhecido na região como Zé Manguá e mais dois irmãos. Segundo Luciene Soares de Almeida, uma de nossas entrevistadas, a professora Rita perdeu sua mãe aos nove anos de idade e como seu pai, ficou com três filhos para criar sozinho, a mãe de Luciene, Maria Heloísa da Hora pediu permissão ao pai de Rita para que ela pudesse morar com sua família, pois ela era sua madrinha e sentiu-se na obrigação de criá-la. Luciene nos contou que ela e Rita estudaram as séries iniciais lá mesmo no distrito de Juazeirinho e que sua família acolheu Rita em sua casa até seu pai resolver se mudar pra o Maracujá, que desde 2014 foi reconhecida como comunidade quilombola. O motivo da mudança foi o fato dele conhecer dona Laurinda, casou-se com ela e juntos constituíram uma nova família.

Rita passou a viver então no povoado do Maracujá e lá conheceu o senhor Adolfo Francisco, com quem namorou alguns meses, depois se casou com aproximadamente 20 anos de idade, tiveram nove filhos e dois faleceram. O matrimônio não durou muito e Rita tornou-se mãe solo de sete filhos, mas contou a ajuda de alguns parentes próximos. Nessa condição de provedora da sua família, Rita precisou ingressar no mercado de trabalho de maneira formal. Cunha e Machado (2008) discutem na sua obra, que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho não significou alteração

do encargo com as atividades domésticas já naturalizadas enquanto dever e responsabilidade dessas. As autoras também falam que por parte das mulheres se acumulou as tarefas, que por sua vez tinham a responsabilidade de assumir duas ou até mesmo tripla jornada de trabalho, sem falar na desvalorização crescente e má remuneração que era constante. Acrescentam ainda que na família, a mulher era responsável por produzir e reproduzir normas e interiorizar muitas ideologias, pois muitas vezes elas têm como papel principal a formação da personalidade dos filhos por meio da reprodução de valores.

O início da vida de trabalhadora de Rita começou quando ela possuía apenas 14 anos de idade, de forma não registrada. Ela foi convidada por seu Pedro Avelino e dona Maria Jovita, pais de uma colega de Rita chamada Ilza, para residir com eles em sua fazenda Sucupira, hoje denominada Sucupira das Pedras. Seu Pedro e dona Maria, pediram autorização ao seu pai e a madrinha de Rita, dona Heloísa, para que ela ficasse com eles de segunda a sexta-feira e nos finais de semana ela retornaria para o Juazeirinho.

O convite a Rita deveu-se ao fato dela ser considerada uma estudante muito inteligente e interessada em seus estudos que a destacava em relação aos outros alunos e alunas da turma, conforme relata sua professora e diretora Bertilia Cedraz da Escola Rio Branco, situada no distrito de Juazeirinho.

Ainda conforme nossa entrevistada, o intuito de seu Pedro e dona Maria era montar uma pequena sala de aula, para que Rita ensinasse a seus filhos e assim fizeram. Em sua casa, puseram alguns bancos de madeira e além de seus próprios filhos, os filhos de vizinhos, aproximadamente vinte crianças, também compuseram a primeira classe da professora Rita.

Tudo era tudo misturado todo mundo ali (pausa) só era quem tinha condições que ia passando pra outra série os outros ficavam pra traz aí quando era parte agente só vinha ter (pausa) basicamente uma estrutura disciplina assim sem ser seriado quando ia para o colégio Rio Branco eu já estudei quarta série diferenciado mas a primeira e a segunda serie era tudo muito misturado. A casa de meus pais era bem pobrezinha né mas tinha uma estrutura era uma casa enorme de grande, tinha uma sala que dava prazer quando eu lembro hoje do tanto de minha correria do lado pro outro eu ficava feliz e tenho vontade de ter um teto daquele jeito mesmo que fosse mesmo que fosse velhinho que é difícil (ILZA, 2018).

De acordo com outra entrevistada, a senhora Maria Delmina de Moraes Barreto, a professora Rita antes de ir ensinar no Maracujá teria dado aulas na casa

do senhor José Moraes, da fazenda Boa Vista, no distrito de Juazeirinho, que era tio da entrevistada.

Eu conheci ela antes dela trabalhar no Maracujá ela veio trabalhar aqui na casa do meu tio Zé Moraes e aí na época que ela trabalhava (pausa) finalmente acho que até sou mais velha que ela, eu ainda não tava trabalhando né e aí então quando eu comecei a trabalhar ela foi transferida pro Maracujá e aquele doutor João Emilio na época meu tio negócio de política né eu morava em Santo Amaro com minha tia aí eu vim passear inclusive eu conheci a professora Rita ensinando, aí ele falou que Rita ia ser transferida para o Maracujá e me perguntou se queria ocupar o lugar dela (DELMINA, 2018).

Em sua fala, dona Delmina nos relata que quando a professora Rita foi trabalhar no Maracujá, ela recebeu o convite para ser sua substituta. E, por meio desses relatos, encontramos alguns indícios sobre o começo da vida de docente da professora Rita. Mas além dos depoimentos orais sobre a professora Rita encontramos também documentos como registros escolares, cadernetas e documentos contratuais da prefeitura da cidade de Conceição do Coité.

No documento abaixo consta que na década 1960 a professora Rita foi nomeada regente interina na Escola Euclides da Cunha, que fica localizada na fazenda Boa Vista no município de Conceição do Coité, ficando nesse cargo três meses no ano de 1966, saiu e só retornou 1970 e lecionou nessa mesma instituição até 1972. Neste ano mais uma vez ela volta a ministrar aulas nessa escola e permanece até o ano de 1975.

Maria Rita Marcelino Silva, nomeada regente interina da Escola.....
"Euclides da Cunha", localizada na fazenda "Boa Vista", por portaria
nº 232/28/2 substituindo Darcy Lopes Carneiro, a contar de 1º/3/66.

Recomeçou em 1975 com 4 anos até 1976 e
sendo 3 meses de 1966, ensinou em 1970 a 72

Maria Rita Marcelino Silva
ensinou 3 meses em 1966, desistiu, e começou em 1970
a 1972, desistiu, e continuou 1975

Segundo Rocha, era uma prática extensamente comum em várias cidades do Brasil, contratar funcionários públicos por meio de livre nomeação que ocorria quase sempre através da indicação de “um conhecido” do Executivo Municipal ou Estadual.

A indicação feita por algum conhecido é um procedimento considerado comum entre os administradores municipais e estaduais, concretiza-se na “nomeação” e aplica-se aos diferentes profissionais da educação que atuam na escola sejam eles professores, supervisores, pessoal de apoio e diretores. No estudo feito por Ximenes e Tancredi (2006) todos os professores de escolas do campo que foram entrevistados haviam ingressados na profissão a partir de indicação do presidente da comunidade, por algum vereador ou outro político influente. As autoras destacam que entre os entrevistados nenhum assumiu a função a partir de concurso público. (ROCHA, 2007).

A autora aborda que muitas vezes a nomeação se torna uma forma de manter a pessoa sob “cabresto” e a pessoa que foi nomeada ajudar a manutenção da hegemonia dos segmentos que estão no poder, quase sempre por meio do voto, e com isso há a possibilidade de que irá garantir seu emprego. A dispensa de contratados que não se sujeitam a cumprir determinadas exigências também é algo corriqueiro nessa relação de trabalho.

Foi exatamente dessa forma que a professora Rita começa sua vida docente no Maracujá. Ela foi indicada pelo então vereador na época e que estava atuando na Secretaria de Educação, o senhor Emério Resedá, que atualmente é um deputado estadual aposentado. Uma das colegas da professora Rita, a senhora Marizete, outra professora leiga, que hoje mora na Fazenda Maxixe, próxima a Juazeirinho, cita o senhor Emério Resedá como seu próprio político e da professora Rita também.

A contratação por indicação política é uma relação tensa, que não deveria acontecer, mas por necessidade financeira, esses profissionais tendem a aceitar essa situação. Isso se confirma na fala de Rodrigues (1999 apud SANTANA, 2010, P. 5): “O grau de dependência político-partidário de professores leigos reforça sua manipulação e reduz sua autonomia quer na escola quer na comunidade”.

Para Alencar (1993, P. 177) os professores leigos sempre representaram uma categoria profissional existente à margem da lei. Mesmo sendo trabalhadores assalariados na área da educação, a legislação que define e regulamenta as atividades do professor não enquadra esse grupo de profissionais. Em relação à questão salarial o autor aponta que “de modo geral, ocupam o nível mais baixo na grade salarial da municipalidade”, recebendo “os piores salários e ensinando com pouca ou nenhuma condição para o desenvolvimento de trabalho efetivamente pedagógico em sala de aula”, como complementa Garcia (1991, P.8).

Anos mais tarde, não tivemos exatidão acerca do ano, a professora Rita se filiou ao Partido Social Democrático (PSD), que era conhecido na cidade de Conceição do Coité como “Os azuis” e que era o partido do referido vereador Emério Resedá. Em período posterior, o senhor Emério sai do PSD e filia-se ao Partido Republicano (PR), conhecido como “Os vermelhos” e a professora Rita o seguiu nessa nova filiação. O que nos deixa rastros de possíveis trocas de favores entre ambos, laços não se desfizeram, pois no ano de 1998 quando a professora Rita faleceu era ainda era filiado ao partido.

As autoras Marques, Pereira, Santos e Silva (2016) também discutem em seu estudo acerca das muitas dificuldades que as professoras leigas enfrentavam. Elas citam os nomes de quatro professoras que foram entrevistadas no seu trabalho que são: Florisbela, Resistência, Margarida e Lírio. Nessa pesquisa é possível conhecer algumas das tantas adversidades que essas docentes enfrentaram no momento de sua atuação na zona rural. Elas falam sobre a falta de recursos e de materiais na escola, dificuldade de acesso às escolas, péssimas remunerações, porém relatam com satisfação os resultados da alfabetização alcançada com seus alunos, o que nos aponta a construção de suas memórias individuais.

Em conversa com as fontes orais sobre a professora Rita, elas nos contam que sentiam a tristeza no rosto da professora, mas que essa tristeza se acentuava no dia de receber o salário. Em algumas ocasiões chegaram a questioná-la dos motivos da tristeza constante e que a professora Rita não hesitava em dizer que a remuneração que ela recebia não era suficiente para pagar as contas nem alimentar a ela e seus sete filhos.

Ainda segundo as fontes, essa tristeza não se refletia na forma de desenvolver seu trabalho. A professora Rita era sempre bem aceita e muito querida nos locais onde ela trabalhou. As fontes afirmam que era uma característica da prática docente de Rita sempre se aproximar da comunidade, identificar as necessidades daquele contexto escolar no qual ela estava inserida e lutar por melhorias. Em seus relatos, as fontes nos dizem que a professora Rita e todos os professores leigos já nasceram com o dom de salvar a escola pública.

Embora a questão do leigo e dos programas oficiais de aperfeiçoamento e titulação tenha agitado os debates nos anos 1980 e início dos anos 1990, ainda há muito o que pesquisar sobre o professor leigo, especialmente os modos de sua entrada para a docência e suas trajetórias de formação. Subsiste na história da profissão docente uma opacidade que acompanhou a

carreira do professor leigo desde os primórdios de seu aparecimento até o ocaso de sua existência nos sistemas de ensino no tempo presente e por isso mesmo acredito que a história da educação precisa preencher essa lacuna possibilitando que estes sujeitos possam ser reconhecidos pelo trabalho que realizaram no processo de escolarização das populações rurais e urbanas do Brasil. (CARNEIRO, 2018).

Na fala de algumas entrevistadas sobre a professora Rita, nos relatam que ela começou a lecionar nas casas dos próprios entrevistados. Estes afirmam que por ser uma comunidade pequena, a distância entre suas residências e os locais de trabalho não era grande e que as próprias professoras providenciavam, fazer a merenda para os alunos, ou seja, elas exerciam tarefas de outros profissionais, improvisações de todo tipo e forjou suas experiências vinculadas a esse lugar específico. Realidade de diversos e diversas docentes leigas pelo Brasil. Rocha (2007), cita duas professoras Olivia e Clara que iniciaram a vida docente sozinhas em classes multisseriadas e ainda tinham que dividir o tempo entre planejar as aulas, o atendimento aos alunos, limpeza da escola e a preparação da merenda das crianças. Ou seja, havia uma multiplicidade de tarefas que iam além do trabalho docente, realidade semelhante a da sujeita histórica da nossa pesquisa.

CE - 21400
(ins -) 002.970.734 Nº 0254

CENSO MUNICIPAL 1993
REGISTRO DE TRÁFEGO DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL
GOVERNAR PARA TODOS - CONCEIÇÃO DO COITÉ - BA.

Candidato ao Cargo de _____

DADOS PESSOAIS

NOME Maria Rita Marcelina Silva APELIDO _____ SEXO F

ENDEREÇO _____ Nº _____ TEL _____

BARRIO/POVOADO/FAZENDA Rua Morcujo CIDADE Ita de Itá

Em caso de Fazenda, como é o local: Dela fazenda de Itá

NASCIMENTO 22.12.48 ESTADO CIVIL Casado PROFISSÃO Barreador

PAI José Marcelino da Silva MÃE Paula M. da Silva

CONJUGE Adelmo Francisco da Silva

DEPENDENTES: Filhos Masc. 4 Fem. 3 Idade: 19.16.9.8.2.18.14.12

Outros Masc. _____ Fem. _____ Idade: _____

IDENTIDADE 8.176.817 DATA 23.10.81 CPF 217493305-00

CARTeira PROFISSIONAL 52773 OUTROS _____

ESCOLARIDADE

() ANALFABETO () PRIMÁRIO () 1º GRAU (X) 2º GRAU () SUPERIOR

ESCOLA: Coité

ATIVIDADE PROFISSIONAL

CARGO QUE OCUPA ATUALMENTE: Professor

LOCAL: Coité INÍCIO TRABALHO: 28.1.02.1.66

SITIO DE ORIGEM: Itá CARTeira ASSINADA? SIM () NÃO (X) 01/06/28

SALÁRIO INICIAL: 1,00 SALÁRIO ATUAL: 498.000,00 - 25% 20%

OUTRAS FUNÇÕES DESEMPENHADAS: CRM 843.661,22

OUTRO LOCAL ONDE GOSTARIA DE TRABALHAR _____

PREFERÊNCIA SALARIAL: Um salário

REFERÊNCIAS

PARTICULARES: Marganda Oliveira, Rômulo Resende

COMERCIAIS: Ribete, Prof. Stp. Nelo, Teresa Macambus

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Espero direcionado a informações que julgar necessárias:

Conceição do Coité, Itá de Itá de 1993

Maria Rita Marcelina Silva
Assinatura

Como já citamos, o retorno da professora Rita à sala de aula acontece na década de 1960, possivelmente após o fim do seu casamento. O documento acima comprova a contratação da professora Rita nesse período. Assim, consultando a documentação produzida pela escola e pela prefeitura municipal podemos ter acesso a datas, turmas com as quais a professora Rita trabalhou, registros de conteúdo das aulas, dentre outros elementos somados aos relatos orais.

Os entrevistados também nos apontam que a escola só funcionava em um turno, que era o vespertino, com apenas uma turma e que era no modelo multisseriado, sendo assim acreditavam os entrevistados que as crianças aprendiam as mesmas coisas, independente da série a qual o aluno estava, todos estudavam os mesmos temas.

Nos documentos escritos que analisamos, a exemplo de algumas fichas de alunos, observamos a existência de uma classe com um total de nove alunos, sendo três no 1º ano, cinco no 2º ano e um aluno no 3º ano. Essas eram as séries que funcionavam na escola na época em que a professora Rita atuou nela, mas todas sob a regência da mesma docente. Na escola existia essa única sala de aula, não havia diretora ou qualquer outro profissional de apoio, ficando a cargo unicamente da professora Rita a realização de todas as tarefas que precisassem ser feitas na escola. Qualquer coisa que ela necessitasse, tanto sobre questões administrativas ou pedagógicas era preciso que ela viesse até a sede do município de Conceição do Coité e procurasse a Secretaria Municipal de Educação. O que representava um entrave a sua prática docente, pois isso a sobrecarregava.

De acordo com as entrevistas realizadas com alguns moradores e colegas de trabalho da professora Rita, além de ensinar na escola mencionada ela já ensinou também na casa de tia Nininha, uma senhora moradora da comunidade do Maracujá, ensinou também na própria casa onde morava como parte do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), instituído no governo de Costa e Silva, no período da Ditadura Civil-Militar. Dona Luciene Maia nos relatou que a professora Rita

[...] ensinou na casa de mãe Nininha na casa velha de Nininha eu mesmo era aluna dela lá eu lembro desse lugar lá na casa de mãe tia viu. Só não sei te dizer o ano com precisão, mas eu era eu estudava terceira série naquela época com ela lá agora não lembro o ano. (Luciene, 2022).

Tanto nos documentos escritos como nas entrevistas encontramos indícios que confirmam que a professora Rita trabalhou entre os anos 1960 e 1990 na comunidade do Maracujá, sendo meados da década de 90 o período no qual encerrou suas atividades docentes. Em 1995 ela se aposentou após 35 anos de serviço e veio a falecer apenas três anos depois, aos 49 anos de idade.

Ao investigar sua trajetória de vida e de docência através dos relatos, notamos que o fato da professora Rita ser uma mulher e negra foi pouco mencionado nos depoimentos. Assim, realizamos perguntas nesse sentido com o objetivo de perceber se havia discriminações em relação à professora devido a cor da sua pele.

Segundo as fontes orais, o fato da professora Rita ser negra nunca foi um entrave para ela ser inserida no mercado de trabalho, bem recebida e reconhecida pelas famílias dos locais onde lecionou e compartilhou seus dons educacionais. Essa aceitação pode ser ilustrada, ainda conforme os depoimentos, no fato dela ter sido escolhida pelos moradores do Maracujá como sua representante comunitária, através do voto, por acreditarem em sua liderança, capacidade e compromisso em resolver quaisquer problemas que eles tivessem. Segundo a depoente dona Luciene, a professora Rita não classificava os problemas em grandes e pequenos, ela sempre encontrava um tempo entre suas muitas tarefas para buscar soluções, pois sentia-se responsável pelo povo da comunidade.

Na relação dela interpessoal eu acredito ser muito boa (pausa) mesmo ela sendo negra mesmo ela sendo leiga mas ela fez o pro- leigo e eu acredito assim que ela era muito respeitada, porque quando ela tinha de dizer se ela ouvisse ela não ficava calada ai ela falava mesmo, então eu creio que as pessoas não tinha esse preconceito pelo menos eu num via eu sei que ela era muito respeitada é tanto que quando foi feito um vestibular ela tirou mais ponto do que outras pessoas que se dizia mais inteligente que não era, entendeu? Então assim, eu creio que a relação dela era muito boa, quando ela queria dizer as pessoas, ela tinha muitas amizades com as pessoas também e muito boa eu creio que sim. (Luciene, 2022).

De acordo com o trecho da entrevista da senhora Luciene, a professora Rita possuía boas relações interpessoais, se “dava bem” com todas as pessoas ao seu redor, que era muito respeitada e que a questão da sua raça parece não ter sido um problema. Algo que nos traz poucos detalhes e não nos permitiu fazer uma análise mais aprofundada nesse momento sobre as relações raciais e possíveis preconceitos aos quais a professora Rita estava submetida. Um desafio que pretendemos encarar

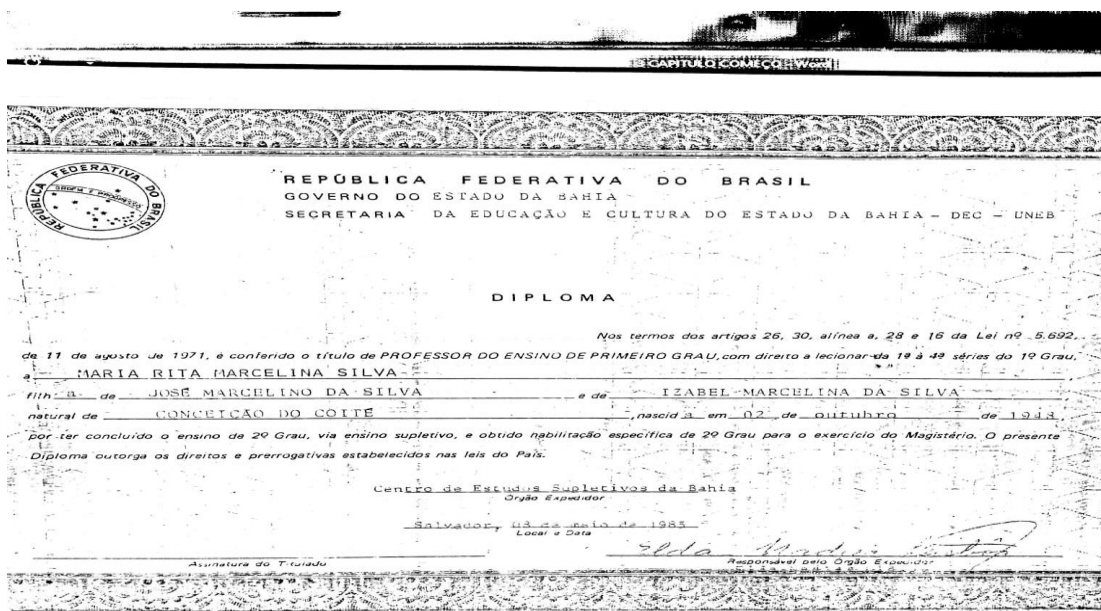
em um momento posterior. Entretanto, acerca das dificuldades e preconceitos sofridos por ser uma docente leiga podemos levantar algumas questões.

2.2. Luta pela qualificação de uma professora leiga

A busca por qualificação, melhores condições de vida e trabalho foi uma pauta presente nas lutas de professores e professoras leigas pelo Brasil. Segundo Rocha (2004), a formação inicial e continuada na história da educação no campo no Brasil era restrita, em particular devido a quase inexistência de cursos na zona rural ou em regiões mais acessíveis aos docentes que atuavam no campo (P. 98). Com isso as professoras e os professores enfrentaram muitas dificuldades, pois não tinham formação adequada para lecionar, principalmente as professoras leigas.

A necessidade de formação específica para o magistério surge ao longo do século XIX, com a abertura de diversas Escolas Normais, que tinham como objetivo prover a educação de profissionais com formações específicas (CAMPOS, 2018).

Segundo os indícios apontados pelas fontes consultadas, a professora Rita buscou desde a década de 1970 a qualificação. O diploma e a fotografia que veremos abaixo são comprovações de que a professora Rita recebeu o título de Professora do Ensino de Primeiro Grau com o direito de lecionar da 1ª a 4ª série do Primeiro Grau. Essa é a verificação de que em 1971 a professora Rita concluiu o ensino de 2º Grau pelo supletivo, com isso ela obteve habilitação específica de 2º Grau para o exercício do Magistério.





Entre 1976 a 1986, foi ofertado o Projeto LOGOS, já mencionado no capítulo um, curso à distância, repetido em várias turmas e fundamentado em módulos. Tratou-se de uma formação para professores em serviço que deveria os capacitarem para o ensino nas séries iniciais. Com os resultados considerados positivos, posteriormente o MEC ofertou o LOGOS II. Por meio das entrevistas, obtivemos informações vagas sobre a professora Rita ter realizado esse curso entre 1982 e 1984, contudo não conseguimos nenhum documento que o comprovasse.

Com a aprovação da Lei 9.394/1996, os professores que não cursaram licenciatura plena em sua área de atuação ou que possuam curso superior e tenham domínio da área em que lecionam passaram a não ser considerados habilitados ao exercício do magistério, o que impôs a urgência por formação conforme os termos da referida lei. O objetivo era eliminar a figura do professor leigo das salas de aula do país (ROCHA, 2004).

Segundo o § 4º do inciso 4º desse artigo 87: *“Até o fim da Década da educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”*. (BRASIL, 1996a). todavia, admite em seu artigo 62, que os

professores que estão na rede tenham formação em nível médio para dar aula na educação infantil e nos primeiros quatro anos do ensino fundamental: *“A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”*. (BRASIL, 1996a).

No § 2º do artigo citado acima está normatizado que é assegurado aos professores leigos o prazo de cinco anos para obter a formação mínima necessária ao exercício das atividades docentes. Assim, tentando acelerar o alcance dos objetivos da LDB, o Ministério da Educação (MEC), criou em 1996 o Programa de Formação de Professores em Exercício, o Proformação, curso de nível médio, com habilitação em magistério, ofertado na modalidade educação à distância (RIOS, 2013). O público alvo foram professores sem habilitação que atuassem nas quatro séries iniciais e classes de alfabetização das escolas da rede pública localizadas nas regiões Nordeste, Norte e Centro-oeste do Brasil. E, segundo dados do MEC esse programa conseguiu diminuir o número de professores leigos no Brasil para 45 mil docentes atuantes em 2001 (MENEZES, 2022).

O documento que veremos abaixo comprova que a professora Rita participou do curso que o Governo da Bahia ofereceu para a qualificação como docente, denominado Alfabetizador do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, o AJA Bahia. A professora Rita frequentou esse curso entre os anos de 1997 e 1998, na cidade de Serrinha, depois de já está aposentada e poucos meses antes de vir a falecer. O que nos mostra que a sua luta por se qualificar não cessou mesmo após afastar-se da sala aula. Entretanto, não sabemos exatamente das razões pelas quais ela fez esse curso após não está mais lecionando.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEC
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - SUD

CERTIFICADO

Certificamos que MARIA RITA MARCELINA SILVA participou
como Alfabetizador do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos - *AJA BAHIA* no
período de 22 / 09 / 1997 a 22 / 01 / 1998 com Carga Horária de 40 horas.

SERRINHA, 17 de MARÇO de 1999


Dirce Maria de Araújo Costa
Diretora - DIRÉC 12
Apliquação 1863-96


Roseaneide Lopes do Barreto
Coordenador Municipal de Educação

Participante

Como a maioria dos profissionais leigos do Brasil, a professora Rita teve muitas dificuldades em realizar os cursos de formação e qualificação. O deslocamento era uma dificuldade sempre presente, pois a maioria dos cursos eram oferecidos na capital da Bahia e outras cidades próximas à capital. Com jornada de trabalho exaustiva, limitações salariais e mãe de sete filhos, realizar esses cursos era um acréscimo significativo em seus gastos pessoais e extensão na grande quantidade de tarefas diárias que a professora Rita realizava.

Para “sanar” parte desta situação diversos projetos foram desenvolvidos para formação de professores da rede pública baiana, entre eles o Projeto de Habilitação do Professor Leigo. Foi neste contexto, início da década de 1990, que as quatro professoras da roça foram convocadas a fazer o Curso em seus municípios para conseguirem o diploma do Magistério, licença necessária para a continuação em sala de aula como docente. Conforme nos relata Maria: “Com alguns anos depois, surgiu o Pró-leigo que os professores tinham que fazer para concluir o magistério e continuar ensinando, senão corria o risco de ficar na escola só como merendeira, servente por não ter a base de conhecimento necessário para ensinar” (RIOS, 2013).

Nesse mesmo trabalho, Rios (2013) nos traz um depoimento de uma professora para discutir acerca da importância pela busca da formação:

Professor é uma profissão árdua, é uma responsabilidade muito grande. Tem horas que eu paro assim e digo: “Meu Deus que pessoas eu formei? Eu participei da formação de muitos aqui na comunidade (...). Eu sei que é uma responsabilidade muito grande e tem momento que é muito angustiante quando a gente passa por decepções. Eu, por várias vezes, passei por questão de gestores que não valorizaram o professor. Tem vez que até alguns pais não valorizam ou não valorizavam o trabalho do professor, mas tem também aqueles que valorizam e deixam a gente orgulhosa. (...). Eu acredito que em toda profissão tem isso, mas a profissão de professor é, mas questionada. Hoje com o conhecimento que eu tenho, eu acho que é uma responsabilidade muito grande que a gente tem nas mãos. Na época que eu comecei a ensinar eu não me preocupava assim tanto, eu estava ensinando ali a ler e escrever. Era isso que a gente pensava porque foi assim que a gente aprendeu. (EDNA)

Na fala da docente é possível perceber a importância da busca pelo curso superior, que a procura maior pelo curso é além da necessidade de aprofundar os saberes necessários da docência. Existe a luta de reconhecimento social da profissão, melhoria salarial e avanço nas condições de trabalho no ambiente em que atuava. Anseios comuns a boa parte dos professores e das professoras leigas.

Para Monke (2008, p. 162), nem todas as professoras conseguiram obter a formação específica para a atuação no magistério primário, permanecendo “leigas até o fim” da carreira, mas, todas afirmam terem se mantido atualizadas através de cursos, especialmente os promovidos por Secretarias Municipais de Educação durante as férias escolares.

Nas pesquisas feitas sobre a professora Rita, consultamos documentos que comprovam que ela fez alguns cursos ao longo de sua carreira como professora, chegou a obter o diploma do magistério, mas não conseguiu cursar a licenciatura plena. Segundo as fontes orais, nos anos 1990 a professora Rita prestou um vestibular pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus XIV, para o curso de Licenciatura em Letras Vernáculas, que ela fez até uma pontuação razoável, mas não foi suficiente para conseguir ser aprovada. Nos relatam também que essa foi sua única experiência de tentar ingressar em curso superior, pois, como já sinalizamos, ainda na década de 1990 a professora Rita se aposenta e logo depois veio a falecer.

De modo geral, a professora Rita, assim como tantos outros professores leigos, trabalhadores da educação importantes em diversas comunidades, foi pouco

valorizada pelas estruturas educacionais, debaixo de condições de trabalho péssimas e remunerações precárias. Entretanto, não permanece mais oculta em termos de uma análise, ainda que inicial, sobre sua trajetória docente no município de Conceição do Coité.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto apresentamos um exame inicial sobre a trajetória docente de Rita, uma mulher, negra e professora docente que lecionou no município de Conceição do Coité, entre seus distritos e povoados. O intuito de conhecer e entender sua luta na busca por formação, por minimizar suas lastimosas condições de trabalho, melhor remuneração e condições de vida dignas.

A análise dos depoimentos que nos foram concedidos acerca da professora Rita, nos fizeram reconhecer o compromisso que ela possuía com a educação, mesmo diante das grandes lacunas do sistema educacional no qual ela atuava, já que em relação à compromisso, o do Estado com o professor leigo foi bem restrito.

Na realização da pesquisa conhecemos que durante toda sua carreira docente a professora Rita fez diversos cursos, participou de capacitação, nos últimos anos de sua vida prestou vestibular na tentativa de cursar uma licenciatura o que nos aponta uma luta incessante por formação, melhorias para o exercício da docência, para sua própria vida e de seus sete filhos.

Reconhecemos que havia o desejo de investigar sobre as relações raciais sobre a professora Rita e sua prática docente no município de Conceição do Coité, entretanto nossas fontes orais e documentais não nos forneceram indícios para darmos aprofundamento a essa questão. Dessa forma, fica aberta a possibilidade de realizarmos uma pesquisa sobre essa perspectiva em momento posterior.

LISTA DE FONTES

Nome	Idade	Vínculo
Eliene Souza Dantas	53 anos	Colega de trabalho
Iraci de Jesus Santos	51 anos	Aluna
Luciene Maia da Silva	63 anos	Aluna e amiga
Maria Ilza de Lima Pereira	59 anos	Aluna e amiga
Marizete de Oliveira Silva	63 anos	Colega de trabalho
Maria Delmina de Moraes Barreto	75 anos	Colega de trabalho
Maria Nailza de Lima	55 anos	Filha do dona da casa que a professora Rita ensinou

Documentos do acervo da Secretaria Municipal de Educação de Conceição do Coité:

Mapas de notas da Escola José Nunes;

Demonstrativos de cálculos da renda mensal inicial do INSS;

Certidão de conclusão do Magistério, prefeitura municipal de Conceição de Coité;

Registros de empregados prefeitura municipal de Conceição do Coité;

Diploma de conclusão do magistério.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALENCAR, José F. de. **A professora leiga**. In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (coords). Educação e escola no campo. Campinas, Papyrus. 1993.

AQUINO, Orlando Fernandez. BORGES, Maria Célia. PUENTES, Roberto Valdés. **Formação de professores no Brasil: história, política e perspectivas**. Campinas, 2011.

ARAÚJO, Maria de Fátima F. de. SILVA, Maria das Graças F. da. **Professora leiga do Estado da Paraíba: ditos e não ditos**. Departamento de Serviço Social da UEPB - Mestre em Serviço social. Departamento de Serviço Social da UEPB- Estudante. S/D.

ARROYO, Miguel. **Escola, Cidadania e Participação no Campo**. In: Em Aberto. Brasília, Ano 1, nº 9 set-1982.

ARRUDA, Angela Cristina Souza. **O MOBRL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: uma representação ideológica da ditadura militar**. Salvador, TCC, 2018.

BATISTA, Eliane Ribeiro Dias. **Trajetórias de professoras negras em Ituiutaba: de normalistas a professoras de Ensino Fundamental (1965-1971)**. Catalão, 2016.

BOMENY, Helena M. Bousquet. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CALAZANS, Maria J. C. **Para compreender a educação do Estado no meio rural – traços de uma trajetória**. In: THERRIEN, Jacques e DAMASCENO, Maria Nobre (coord). Educação e Escola no Campo. Campinas, Papyrus. 1993. p. 15-40.

CAMPOS, Hermano Moura. **Da roça à cartilha: Trajetórias profissionais de professoras leigas rurais de Lavra da Mangabeira (1972- 1992)**. Fortaleza, 2018.

CARVALHO, Fábio Garcez de. **A educação rural e a construção social dos professores leigos**. Doutor em Educação (PPGE-UFRJ). Professor Titular do Colégio de Aplicação da UFRJ. Integra o Mestrado Profissional de História, vinculado ao Instituto de História da UFRJ.

CUNHA, Elizângela Lelis. MACHADO, Ângela Viana Fernandes. **Mulher negra e professora: trajetória e construção da identidade profissional de professoras negras no exercício do magistério público de França/SP**. Florianópolis, agosto 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Topoi: Rio de Janeiro, dez 2002, P. 314-332.

FONSECA, Selva Guimarães. **Os caminhos da História Ensinada**. Papyrus, 1993.

GANDON, Tânia Risério d'Almeida. **Entre memória e história: Tempos múltiplos de um discurso a muitas vozes.** In: Projeto História 22.

LEÃO, A. Carneiro. **A sociedade rural.** Rio de Janeiro: S.A. Noite, 1953.

MAIA, Eni Marisa. **Educação rural no Brasil: O que mudou em 60 anos?.** In: Em Aberto. Brasília, ano 1, nº 9, set-1982.

MANKE, Lisiane Sias. **Um estudo acerca da história de vida profissional de professoras primárias leigas.** Pelotas, maio/agosto 2008.

MARQUES, Tatyane Gomes. PEREIRA, Eunice da Rocha. SANTOS, Deusliana Pereira Silva. SILVA, Marieuda Cardoso Guimaraes. **Práticas docentes de professoras leigas em escolas no campo: uma análise das histórias de vida.** São Paulo. 2016.

MARTINS, Marilda da Conceição. **Trajetória de formação de professoras de escolas camponesas: experiências Latino-Americanas.** Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. 1966 São Luís Maranhão.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 5. Ed. Loyola. SP, 2005.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete professores leigos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/professores-leigos/>>. Acesso em 01 nov 2022, as 13:22h.

NÓVOA, A. **Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente.** Teoria & Educação, Porto Alegre: Paranoica, n. 4, p. 109-139, 1991.

PAULA, Flavia Anastácio de. **Tornar-se professora leiga no oeste do Paraná entre 1960 e 2006: explorando trajetórias à margem das políticas oficiais de formação de professores.** Doutora em Educação/ Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2009.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva. **HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES LEIGOS RURAIS: o curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970.** Dissertação de Mestrado. Dourados, MS: UFDG, 2012.

PICANÇO, I. S. **Alguns elementos para discussão sobre o professor leigo no ensino brasileiro.** Em Aberto, Brasília: INEP, ano 5, n. 31, p. 9-12, out. /dez. 1986.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação.** São Paulo: Ática. 1991.

PINSK, Carla. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

RIOS, JANE ADRIANA VASCONCELOS PACHECO. **De lavradora a professora primária na roça: narrativas, docência e profissionalização.** *Rev. Bras.*

Educ. [online]. 2016, vol.21, n.65, pp.325-346. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216518>.

ROCHA, Solange Helena Ximenes. **Construção da ação docente: aprendizagens de professoras leigas em classes multisseriadas na escola no campo.** As de classes multisseriadas e as aprendizagens na ação docente. Dezembro 2007. São Carlos (SP). P. 103.

RODRIGUES, José Ribamar Tôrres. **Magistério Leigo Rural do Piauí: Concepções e Práticas.** Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1985.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1980 e 1998.

SILVA, Robson. e MOTA, Maicon Emerson Ferreira. **Povoado do Maracujá: história e desenvolvimento (UNEB).** 2012.

SOARES, Magda B. **Escola básica.** Campinas, SP: Papyrus; São Paulo: Anped, 1992.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** Petrópolis: Vozes. 2002.

VIANA, Elane Marcia Silva. **POLÍTICA E EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL DE GUANAMBI, BAHIA:** um estudo sobre a memória coletiva de professores leigos durante a ditadura civil-militar (1964 a 1983). Dissertação e mestrado. Vitória da Conquista, UESB, 2017.

VIGHI, Cátia Simone Becker. **PROFESSORES LEIGOS EM ESCOLAS RURAIS:** trajetórias de vida profissional de um passado (re) visitado. Dissertação de mestrado. Pelotas, UFP, 2008.